



Grupo Temático 3

***Transição do
auxílio emergencial para
uma política permanente
de combate à pobreza***

3 de setembro de 2020

*Participaram da reunião os conselheiros **Anielle Guedes, Carlos Velloso, Murilo Portugal e Nina Silva**. A reunião foi coordenada pela Secex-Previdência.*

Contextualização: O Brasil já dispunha de uma proteção social via Bolsa Família, que utiliza o Cadastro Único, atingindo 14 milhões de famílias. O novo auxílio emergencial atinge 16 milhões de famílias durante esse momento mais grave, e tem promovido uma redução transitória da pobreza. Representa, porém, uma despesa orçamentária insustentável, de 320 bilhões de reais estimados para o período entre abril e dezembro, 10 vezes mais do que o Bolsa Família.

O primeiro dilema: como equilibrar a solidariedade coletiva com a capacidade orçamentária. Devemos utilizar todos os aprendizados de ambos os programas: do Bolsa Família (foco na família e na criança, contextual, matrícula em escola, cartão vacina); do auxílio emergencial (tecnologia envolvida, necessária ao atendimento do imenso volume de beneficiados; uso da Dataprev no cruzamento de dados; poupanças sociais digitais).

O que ainda não funciona bem: falta de integração entre as bases governamentais; fragilidade para identificação inequívoca de cada cidadão; informalidade do mercado de trabalho, dificultando a proteção assistencial; limitação de informações sobre a composição familiar; volatilidade na verificação de domicílio. São questões que impactam o tempo necessário à concessão, a verificação da legalidade e a judicialização.

O segundo dilema: conceder rapidamente o benefício de renda ou realizar uma apuração rigorosa das regras de elegibilidade?

A transição do auxílio emergencial para uma concessão permanente é uma necessidade real, tanto aqui quanto em outras partes do mundo, em razão das mudanças ocorridas recentemente, principalmente no mercado de trabalho, que passa pela volatilidade de renda e pela fragilização das relações trabalhistas.

É preciso falar de políticas permanentes que não abordem apenas a pobreza extrema, mas também a desigualdade.

Outra questão é que esse contexto também está sob o guarda-chuva da automação tecnológica. Um bom exemplo é o do Brasil, que antes de se desindustrializar por completo, encontrando-se ainda no ciclo da renda média, passa por uma forte automação, não apenas industrial mas também de serviços (*chatbots* etc).

Então, ao mesmo tempo em que a tecnologia permite grandes benefícios como o que o Dataprev alcançou, distribuindo celeremente o benefício emergencial a milhões de pessoas, também é possível criar empregos permanentes a partir dessas tecnologias, mediante *reskilling* e *upskilling*, ou encarar uma forte recessão de mercado de trabalho. Seja como for, essa é uma condição permanente, ao contrário da atual crise sanitária.

Outra questão é que, apesar da dificuldade fiscal e das restrições orçamentárias, em vez de pensar de onde virá a dotação, é importante que o TCU se concentre no melhor retorno à sociedade, na melhor destinação, em quais serviços públicos podem ser barateados a partir da garantia de uma renda básica. Se a pobreza e a desigualdade provocam custos, quais desses custos são reduzidos a partir desse acréscimo permanente de renda. Indicadores como esses podem fundamentar tal concessão, seja qual for o seu formato.

Independente do caminho escolhido, não é necessário que o programa adotado entre os possíveis modelos de renda básica atinja imediatamente a universalização; pode ser progressivo.

A tecnologia pode ser a ferramenta mais fundamental, inclusive promovendo transparência, já questionada em programas atuais como o Bolsa-Família no debate público, mas é necessário promover a integração das bases de dados, e talvez o próprio TCU possa assumir o papel de constituir um comitê para essa integração, focando especificamente na governança desses dados, já que seu processamento estará a cargo de órgãos especializados como a própria Dataprev.

O ajuste fiscal deverá ser gradual e ancorado no teto de gastos. Existe uma iniciativa governamental de se criar uma Identidade Civil Nacional. O TSE não dispõe de recursos para focar integralmente em seu desenvolvimento. O órgão já emite o Título de Eleitor. A Receita já emite o CPF. Talvez deva haver uma iniciativa público-privada para tocar esse projeto.

A recuperação do investimento poderia vir de um valor cobrado de cada consulta (o que não pode ser praticado agora). Há experiências internacionais nesse sentido, como em Singapura, Estônia, Índia, Suécia, Dinamarca e Canadá, e há ainda o caso da Bélgica (projeto integralmente privado). Se superado com confiabilidade e controle rígido, esse desafio assegura muitas vantagens para os setores público e privado.

Quanto às consequências da automatização, observe-se o exemplo de uma notícia recente: o ensino virtual implementado nas faculdades particulares do Estado de SP conseguiu alcançar até 200 alunos por sala, quantia impensável nos moldes tradicionais, mas o feito resultou na demissão de 1600 professores apenas naquele Estado. É preciso atentar a essas questões ao buscarmos avanços na educação digital.